



ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL
22 DE DEZEMBRO DE 2020

--- Aos vinte e dois dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, no Cine Teatro João Verde em Monção, pelas dezoito horas e trinta e cinco minutos, reuniu a Assembleia Intermunicipal da Comunidade Intermunicipal do Alto Minho, adiante designada por CIM do Alto Minho, nos termos e para os fins previstos na respetiva Convocatória. -----

--- Presidiu a reunião Eduardo Jorge do Paço Viana, na qualidade de Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal.-----

--- O Presidente da Mesa iniciou a sessão com a apresentação de cumprimentos, ao Presidente do Conselho Intermunicipal, aos Presidentes da Câmara presentes, seus representantes, Primeiro Secretário Executivo, colegas de Mesa, todos os membros da Assembleia e demais presentes. -----

Estavam presentes os Presidentes de Câmara de: Ponte de Lima, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, representante do Presidente de Câmara de Monção, Vice-Presidente, João Oliveira e representante do Presidente da Câmara de Caminha, Rui Miguel Rio Tinto Lages. -----

--O Presidente da Câmara de Monção avisou que chegaria mais tarde. -----

Não estiveram presentes os Presidentes de Câmara de: Arcos de Valdevez, Melgaço, Paredes de Coura, Ponte da Barca e Valença. -----

--- O Presidente da Mesa começou por referir alguns documentos, na sequência da reunião anterior da Assembleia Intermunicipal, onde foi aprovada, por unanimidade, uma Moção sobre “A Linha de Muito Alta Tensão do Alto Minho”, tendo a Mesa, no cumprimento das suas funções, enviado a todas as entidades referidas na Moção e ainda participação na consulta pública a decorrer sobre o assunto, via plataforma. Refere ainda a única resposta rececionada da Agência Portuguesa do Ambiente (APA). **(Doc. 7/2020)** -----

--- No que se refere a presenças o Presidente da Mesa informou que o membro João Pedro Cunha da Cruz (PSD de Viana do Castelo), comunicou nova suspensão de mandato, pelo período de 6 meses, de 10 de dezembro 2020 a 10 de junho de 2021, tendo sido substituído por Maria Florêncio Sousa Nunes. **(Doc. 8/2020)** -----

Referiu ainda as comunicações recebidas, via telefónica, sobre a impossibilidade de presença do membro Jorge Renato Vieira Ribeiro (Prá Frente Melgaço) e da membro Maria Emília Sousa Cerqueira (PSD de Arcos de Valdevez) que comunicou estar numa Sessão Plenária na Assembleia da República, justificando assim a sua ausência. -----

Por indicação dos serviços de apoio da CIM, o Presidente da Mesa comunicou as substituições efetuadas: o membro Manuel Durval Fernandes Afonso Lages (PSD de Monção) justificou a sua



falta sendo substituído por Catarina Vaz Paiva; o membro Sérgio Paulo de Brito Oliveira (PS de Ponte da Barca) justificou a sua falta, tendo sido comunicada para substituição, a membro Irene da Silva Dantas da Silva que informou também sobre a sua impossibilidade em estar presente, passando a ser substituída pelo membro Paulo Duarte Ferreira Barbosa.-----

Não estiveram presentes os membros: João Carlos Braga Simões (PS de Arcos de Valdevez); Luís Manuel de Miranda Palma (PS de Viana do Castelo); Tiago Trancoso de Lima (PS de Monção); Maria Augusta Gabriel dos Reis Lima Fernandes (PSD de Ponte da Barca); Michael da Costa Sousa (PSD de Ponte da Barca) e João Evangelista da Rocha Brito Mimoso de Moraes (CDS-PP de Ponte de Lima).-----

--- Estiveram presentes os restantes membros conforme sinalizado na “Folha de Presenças” anexa à presente ata, que por medidas excecionais do COVID19, não foram rubricadas pelos membros. **(Doc. 9/2020)** -----

--- O Presidente da Mesa comunicou ter rececionado na Mesa um pedido, que é partilhado por todos os membros da Assembleia, incluindo os membros da própria Mesa, sugerindo um minuto de silêncio por todas as vítimas desta pandemia, COVID19, famílias e todos os que sofrem dificuldades nesta fase.-----

É cumprido um minuto de silêncio. -----

--- O Presidente da mesa agradece e refere ainda, o reconhecimento do esforço e trabalho que tem sido feito pelos Autarcas, em prol desta situação.-----

--- O Presidente da Mesa apresenta a Ordem de Trabalhos desta sessão:-----

1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:

1.1 Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal de 29 de junho de 2020;

1.2 Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.

2 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

2.1 Apreciação da atividade da Comunidade Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal;

2.2 Situação Económica e Social do Alto Minho face à Pandemia e Perspetivas Futuras;

2.3 Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2021 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09):

2.3.1 – Documentos Previsionais de 2021 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental;

2.3.2 – Transferência das contribuições financeiras dos Municípios associados;



2.3.3 – Mapa de Pessoal 2021;

2.3.4 – Autorização para Empréstimos a curto prazo para o ano económico 2021;

2.3.5 – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos;

2.3.6 - Autorização prévia no âmbito da Lei dos Compromissos- Ratificação de procedimentos - Carácter Plurianual.

2.4 Participação da CIM do Alto Minho como associado do CITAM – Centro de Interface Tecnológico do Alto Minho.

3- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

--- O Presidente da Mesa deu início à ordem de trabalhos da Assembleia Intermunicipal começando por referir o ponto: **1.1 - Apreciação e votação da Ata da Reunião Ordinária da Assembleia Intermunicipal de 29 de junho de 2020.** -----

Pondo a votação a ata da sessão ordinária de 29 de junho de 2020 questiona sobre se existe alguma observação. Não existindo, propõe de imediato a sua votação, tendo a mesma sido aprovada por maioria dos presentes, apenas com duas abstenções, justificadas por ausência na referida reunião. -----

Passando ao ponto **1.2 - Apreciação de assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia.**

--- O Presidente da Mesa questiona a Assembleia se alguém pretende intervir. São solicitadas intervenções, pelos membros: Manuel Gonçalves e Celestino Ribeiro. É cedida a palavra.-----

Manuel Gonçalves: Começa por cumprimentar toda a Assembleia, Presidentes de Câmara e apresenta os seus votos de um bom Natal, com muita saúde a todos. Apresenta uma Moção de Congratulação, do Grupo Intermunicipal do Partido Socialista, em matéria de mobilidade e de transportes, para submissão a votação nesta sessão da Assembleia Intermunicipal, passando a ler o seu texto na íntegra. Terminando o mesmo e de acordo com o último parágrafo, propondo o seu envio, para conhecimento ao Senhor Ministro das Infraestruturas e da Habitação; Presidente do Conselho de Administração da IP – Infraestruturas de Portugal e à Direção dos diversos partidos com assento na Assembleia da República. Agradece. **(Doc. 10/2020)** -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e cede a palavra ao membro já inscrito, Celestino Ribeiro. -----

Celestino Ribeiro: Agradece a oportunidade e cumprimenta toda a Assembleia. Passa ao assunto de intervenção da CDU, sobre um tema, anteriormente apresentado, na última reunião de junho, informando estar a CDU, muito atenta ao projeto do School 4All, da CIM do Alto Minho e o mesmo estar a funcionar, como um bom exemplo, dos Plano Integrados Inovadores da Promoção do Sucesso Escolar. Enaltece o desempenho também muito importante na



democratização da Cultura e das Artes, com relevo particular para a música, as expressões plásticas e demais artes, nomeadamente, a dança e artes cénicas. Reconhecem que é um processo difícil, porque as escolas são entidades que têm a sua organização, um tanto ao quanto burocrática, não sendo por vezes muito fácil integrar o seu domínio de ação. Reconhecem que esse trabalho foi superado. Estando neste momento as escolas em colaboração com equipas multidisciplinares, em interação com outras instituições e entidades, que trabalham em conjunto neste projeto do School 4All, num leque alargado de iniciativas que muito têm favorecido a promoção do sucesso escolar. Consideram assim, que as equipas multidisciplinares são já, um bom exemplo, da vida ativa das escolas, do seu quotidiano e no exercício da sua ligação mais próxima com as famílias, alunos e a própria comunidade. Este desempenho tem sido, extremamente importante, sobretudo no cenário do COVID19, situação pandémica em que nos encontramos. As múltiplas ações culturais geradas têm dado eco, das variadas e bem sucedidas oportunidade de aprendizagem. Tendo ajudado a colmatar falhas do próprio sistema público de ensino, sobretudo, nas áreas de carência, hoje identificadas como graves, como já referido, não só na área da música como das artes em geral. Sabendo que é uma área pobre no sistema nacional público, reconhecem o papel deste projeto inovador, com bons resultados perceptíveis. Tem tido também, um papel fundamental de integração das várias instituições, aumentando o seu grau de compromisso, que estabelecem com a sociedade em geral, com acréscimo também, de índices de responsabilidade de todos para com todos. Reconhecido este positivo contributo e a necessidade de estabilizar algumas das suas ações, começa por questionar o próprio Conselho Intermunicipal sobre o futuro do projeto School 4All.--- Abordando novamente, o assunto da última sessão desta Assembleia, com a contínua preocupação, com a estabilidade profissional, relaciona com o fomento de alguma precariedade, referindo o início do presente ano letivo, com menos equipas multidisciplinares em alguns municípios. Estranhando esta situação, no citado contexto apresentado de crescimento e afirmação do School 4All, apercebem-se que há alguma desafetação ou menor presença das equipas multidisciplinares. Reconhecem que estas novas dinâmicas trouxeram para o Alto Minho alguns dividendos positivos, económicos para além dos culturais. Este projeto, com o dinamismo e iniciativas que desenvolveu, aumentou o dinamismo comercial, nomeadamente na procura de instrumentos e outros consumíveis. Estes reflexos económicos ao nível das atividades comerciais, atividades culturais são mais uma razão forte para questionarem sobre o seu futuro. Perceber exatamente o que está a ser desenhado e/ou o que o próprio Conselho Intermunicipal prevê para o futuro a este nível. Questionando sobre ações de continuidade, e em caso afirmativo o que está previsto, o que pretende o Conselho Intermunicipal fazer com toda esta matéria e experiência concretizada. Não só referindo as equipas multidisciplinares como também



as entidades e instituições que paralelamente vão concretizando algumas iniciativas no âmbito do referido projeto. -----

Termina, fazendo referência que a questão da AdAM (Águas do Alto Minho) não tem sido debatida nas sessões da Assembleia Intermunicipal, aproveitando a oportunidade para partilhar com os representantes dos municípios presentes, inclusive para aqueles, que não aderiram. Lembra que a CDU sempre invocou as suas razões de serem contra o modelo encontrado, referindo que os municípios aderentes estão reféns da empresa, acabando por servir, felizmente, de exemplo para os que não aderiram. Os municípios que aderiram, sabem hoje que se quiserem sair deste acordo pagarão uma fatura muito alta. Não sendo bom, nenhum acordo em que impede a pessoa de se reorientar àquela que foi a decisão tomada. Sendo um mau exemplo de negócio, concretizou-se na própria incapacidade da empresa, que tem acumulado erros, insensibilidade aos munícipes e em que os mesmos têm pago esses erros.-----

A AdAm teve início do seu exercício em janeiro do corrente ano, faturando dois ou três meses, tendo interrompido a faturação por reconhecimento do mau exercício e não prestando apoio aos seus clientes. Tendo retomado em junho a faturação, continuando errada e mais uma vez obrigando os munícipes a pagarem os erros. Ao contrário de várias empresas nacionais ou não, a AdAM tem prestado um mau serviço e nem sequer reconhece, junto dos seus clientes e muito menos os indemniza, pelo contrário continua a penalizar o seus clientes, obrigando-os a pagar os seus erros e revela acima de tudo, uma falta de responsabilidade social, até no cenário em que vivemos, de pandemia. Período este em que as famílias estão mais em casa, pelo confinamento, e têm aumentos de consumo de água até pelas regras de higienização, e a empresa que podia ter uma política social, de por exemplo, apenas cobrar pelo primeiro escalão, até pelo erros que foi cometendo, pelo contrário cobra-se pelo segundo e terceiro escalão, dobrando a faturação, como é do conhecimento público. Concluindo que com o pagamento a duplicar para o saneamento são os munícipes que mais pagam. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, questionando se há mais alguma intenção de intervenção, não se verificando. Retoma o assunto da Moção apresentada pelo Grupo Intermunicipal do Partido Socialista e lida anteriormente, a esta intervenção do membro Celestino Ribeiro, resumindo que a mesma faz referência, em traços gerais a uma contextualização do Alto Minho no Euro Região Galiza-Norte de Portugal, fazendo referência aos projetos inscritos no PNI 2030, em termos de infraestruturas rodoviárias e ferroviárias, fazendo uma alusão ao que também é entendimento do Partido Socialista, as necessidades sentidas no Alto Minho das referidas infraestruturas, tendo sido mais pormenorizadas no documento apresentado. Questiona a Assembleia se há intenção de alguma manifestação sobre



esta Moção. É solicitada intervenção pelo membro Celestino Ribeiro, sendo-lhe concedida a palavra. -----

Celestino Ribeiro: Agradecendo a oportunidade de pronuncia, confirma que a CDU desconhecia por completo a Moção apresentada, reconhecendo, no entanto, um enquadramento positivo. Esclarece ter a CDU algumas dificuldades de se congratular com o exercício, de alguém que cumpre, o que é em seu entendimento, as suas funções. Entendem que as pessoas são eleitas para o exercício, de funções inerentes e se estão corretas, não entendem que se devam congratular, mas apenas fiscalizar e verificar a sua ação. No entanto, o documento apresentado, reflete a favor das populações, logo apresentam uma posição favorável à Moção. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece e questiona sobre a intenção de mais pronuncias sobre o assunto em questão. Não havendo inscrições, passa de imediato à votação da Moção de Congratulação, apresentada pelo Grupo Intermunicipal do Partido Socialista. Após votação e não se verificando votos contra ou abstenções, é a mesma aprovada por unanimidade dos presentes. Confirmando eu a Mesa dará seguimento ao proposto. -----

--- O Presidente da Mesa, confirmando ainda estarem no ponto 1.2 da Ordem de Trabalhos, questiona se há mais alguma intenção de intervir. Questionando diretamente, o Presidente da CIM do Alto Minho se pretende manifestar-se sobre o apresentado até então, cede-lhe a palavra.-----

José Maria Costa: Começa por cumprimentar toda a Assembleia, o Presidente da Mesa e restantes elementos, os colegas Presidentes de Câmara e todos os demais presentes. Aproveitando o momento para apresentar os votos de um bom Natal e Ano de 2021, com saúde e esperança e de uma vacina que ajude a ultrapassar este período difícil para todos. -----
Começa por fazer referência ao projeto School 4All, apresentado e que também é entendimento de todos os autarcas, ter sido e continuar a ser muito relevante, dentro das perspetivas, com a qualificação e promoção do sucesso escolar. A nível da CIM do Alto Minho quando foi feita análise e reflexão sobre o projeto, foi percecionada a oportunidade, bem provada pelos indicadores, que refletem um menor abandono escolar, estando os agrupamentos escolares muito incentivados com os sucessos alcançados, até pelas novas metodologias aplicadas e abordagens diferentes, principalmente nas áreas da expressão. Verificam ainda que em alguns agrupamentos ainda é sentido algum desconforto do ponto de vista dos apoios técnicos. Quando se abordam estas áreas tão sensíveis como a educação, a psicologia e outras, por vezes verificam-se as necessidades de estruturação e falta de dotações de alguns agrupamentos, para poderem dar resposta. De certa forma, este programa colmatou várias destas dificuldades, com as equipas multidisciplinares, que em muito apoiaram, ajudando a contornar várias dificuldades. O ponto de vista inicial, não era de continuidade, mas sim a introdução de novos conceitos e



abordagens de “choque”, durante algum tempo para se atingir um salto qualitativo que perdurasse. Face às dificuldades que o próprio sistema tinha, foi reconhecido o interesse deste programa, que também permitiu a dotação de alguns meios técnicos e recursos humanos para as mesmas. Tendo já sido proposto o seu prolongamento no tempo, uma vez que o seu âmbito era curto, quer ainda, na reprogramação deste Quadro quer para o início da próxima programação, que possa dar continuidade a esta área de qualificação e de combate ao abandono escolar, continuando a ser uma das grandes preocupações no Alto Minho. Partilha assim, com a visão apresentada pela CDU, da importância das equipas multidisciplinares, que trouxeram dinâmicas diferentes às escolas, com uma avaliação muito positiva por todos reconhecida, sendo sempre que oportuno, sinalizados junto de entidades superiores, Autoridade de Gestão do Norte 2020 e mesmo com membros do Governo, sinalizando como uma boa prática e exemplo a seguir e dar continuidade. -----

Solicita, uma abordagem, a título individual, enquanto Presidente da Câmara de Viana do Castelo, no que se refere à avaliação da empresa AdAM, não tão negativa, achando que o âmbito e a ambição do projeto são de facto importantes, tendo que se considerar o contexto do ano anormal que se vive, criando maiores dificuldades ao início de atividade para uma empresa. Refere a junção de sete culturas, dos municípios aderentes, com a cultura das Águas de Portugal, sendo necessário um tempo para cruzar culturas diferentes, criar novos compromissos, novas cumplicidades, estruturar e organizar até com o capital humano novo. Era necessário tempo suficiente, pôr a funcionar em pleno novos sistemas, programar um conjunto de investimentos muito significativo. O problema que tem surgido, que tem corrido menos bem, é mesmo a faturação, ou seja, um *output* de todo o sistema. Saliente todos os esforços envidados, durante o ano, com um trabalho extenso do ponto de vista de cumplicidade, existindo já uma verdadeira cultura empresarial. Dar parabéns aos trabalhadores que acreditam no projeto, estando a fazer todos os esforços possíveis, devendo ser um sentimento de reconhecimento, por aqueles que apesar das muitas dificuldades sentidas, estão a trabalhar para dar seguimento a um projeto, que se julga bom. Reconhece, que naturalmente, existem, várias situações a corrigir, estando a Administração com vontade e disponibilidade, no que se refere a políticas sociais e também com os municípios, no sentido de alargarem as suas componentes sociais, sempre que for entendido. Não faz uma apreciação tão negativa, fazendo-a de um processo em construção, na sua fase inicial com uma dimensão grande, num ano de pandemia, com acrescidas dificuldades de relacionamento e contatos pessoais, acreditando estar no bom caminho. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção com abordagem aos dois temas apresentados, passando para o Período da Ordem do Dia, ponto **2.1** Apreciação da atividade da Comunidade



Intermunicipal, a qual é apresentada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal, para uma explanação da atividade da Comunidade Intermunicipal e dos vários municípios no momento que atravessamos. Mais informa, sobre o decidido em reunião preparatória, da Mesa com os Líderes Partidários, na pessoa do membro Jorge Ribeiro, que hoje não se encontra presente por ser vítima desta situação pandémica, sobre a apresentação de um ponto, que se seguirá ao presente, e será o ponto 2.2 A situação económica e Social do Alto Minho face à pandemia e perspetivas futuras". -----

José Maria Costa: Agradece e informa estar a CIM do Alto Minho a desenvolver vários *dossiers*, nomeadamente a aceleração da taxa de execução, de diversos projetos, em especial do PDCT (Plano de Desenvolvimento e Coesão Territorial), que com o contributo de todos os autarcas e a equipa da CIM, têm-se obtidos bons resultados, com uma grande capacidade de execução e empreendimento assinalável, reconhecida por todos.-----

Informa sobre vários debates, com a nova presidência da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte (CCDR-N), com oportunidade de participação, num processo já iniciado anteriormente agora em fase de conclusão, com contributos para a estratégia do NORTE 2030. Como é do conhecimento geral, está em preparação o próximo Quadro Comunitário 2030, estando já definida a nossa estratégia RIS3, com orientações definidas. Nos debates, com o Presidente e Vice-presidentes da CCDR-N e a Autoridade de Gestão, houve a oportunidade de participação e partilha dos principais indicadores, com o intuito de aumentar a competitividade de todo o território e da sua qualificação. Estão identificadas algumas áreas como mais importantes, sendo uma delas o *empowerment* do Instituto Politécnico de Viana do Castelo, sendo uma das oportunidades, quer pelo PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), quer do próximo Quadro Comunitário, com verbas de algum significado para apoiar, o Ensino Superior e a sua qualificação e ainda os chamados Centros de Valorização do Território, sendo exemplo, um dos pontos da Ordem de Trabalhos desta sessão. Foi identificada também como prioridade, a relação transfronteiriça, reforçando esta componente na estratégia da nossa sub-região, o Alto Minho, para o aumento de projetos com maior interação no âmbito da cooperação transfronteiriça, aprofundando o relacionamento existente. Foi identificada a área da saúde, com necessidades de reforço de equipamentos e instrumentos de trabalho, dando nota que a Unidade Local de Saúde do Alto Minho (ULSAM) precisa crescer em termos de financiamentos e de afetação de recursos para novos investimentos, nomeadamente nos cuidados de proximidade, sendo uma nota importante, que o Alto Minho apresenta um défice de respostas sociais, sendo necessário criar condições, atendendo de uma forma especial ao envelhecimento da população e isolamento dos mais idosos. Resume assim os contributos mais fortes, com a apresentação de sugestões e participação ativa, no modelo de governação, com o



Handwritten notes in blue ink:
- A small scribble at the top right.
- The number '9' written vertically.
- A signature or initials at the bottom right.

objetivo de aumentar o índice *per capita*, o índice do PIB da região norte, com um conjunto de medidas que valorizarão a região e a atratividade de pessoas mais qualificadas em todos os domínios da atividade económica, tendo sido um trabalho muito participado e construtivo, para que a estratégia NORTE 2030, contemple as nossas pretensões e perspetivas.-----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e questiona se alguém pretende intervir não havendo inscrições. Passa ao ponto **2.2** “A situação económica e Social do Alto Minho face à pandemia e perspetivas futuras”, que vem de encontro a alguns aspetos já referidos na intervenção do Presidente do Conselho Intermunicipal, no que se refere à atividade desenvolvida pela CIM do Alto Minho, sendo este mais centrado na situação económica e social no Alto Minho neste contexto de pandemia em que nos encontramos, solicitando ao Presidente do CI um balanço, no perímetro de ação da Comunidade Intermunicipal, qual a sua dimensão e perspetivas esperadas em termos económicos e sociais depois desta vivência.-----

José Maria Costa: Começa por referir como todos fomos, inesperadamente, assolados pela crise com esta dimensão e magnitude, causada pela pandemia do COVID19, sem qualquer tipo de preparação ou experiência igualável. Refere o esforço, que tem sido feito por todos, dentro das competências que detêm, a um conjunto de respostas em várias áreas de maiores dificuldades. Tendo sido efetivamente, na fase inicial, o sentimento de incapacidade que mais assolou as preocupações, nomeadamente no apoio aos mais frágeis que são os idosos. Referindo ser reconhecida a necessidade de um trabalho mais profundo a fazer, a nível local, nacional e até internacional. Como se sabe, o caso não foi só de Inglaterra, Portugal mas de muitos outros países, dando o exemplo da Bélgica entre outros, referindo que a maior percentagem de óbitos se regista entre os mais idosos, sendo um grave problema a ultrapassar. As respostas possíveis e urgentes, dado o dimensionamento da situação e o equacionamento de alternativas e opções possíveis, de forma rápida e eficaz, sendo necessário repensar várias formas de atuação. Quanto ao enfoque do Alto Minho, o enquadramento socioeconómico, dum ponto de vista mais macro, foca-se na grande exposição do setor comercial e turístico, com uma grande componente já referida anteriormente, na relação transfronteiriça muito forte e que, conseqüentemente os impedimentos resultantes da atuação sobre a pandemia, aumentou os constrangimentos, a nível de saúde, gastronomia, turismo, com grande impacto negativo. Em termos de desemprego o maior pico registou-se em maio passado, estando a ser paulatinamente recuperado e com indicadores favoráveis. No desemprego, verifica-se um decréscimo na região norte, resultante de uma reorganização e até mesmo, uma reinvenção, por parte de todas as entidades, tendo sido um verão, em questões climáticas, mais extenso que também, contribuiu positivamente. Constatou-se uma maior queda nos setores da agricultura e da indústria, que praticamente estabilizaram. Conhecendo melhor a realidade do concelho de Viana do Castelo, refere o



impacto nas áreas empresariais e industriais, que após o choque inicial, as empresas tiveram a capacidade de se reorganizarem, por turnos e por *layouts* diferentes tendo conseguido estabilizar. Alguns dos setores mais recentes desta zona, nomeadamente, o setor automóvel, não chegou a parar e recuperou rapidamente, sentindo-se maiores dificuldades nos setores de serviços associados ao turismo, sendo um setor com interferência em inúmeras atividades, tendo-se verificado uma situação menos favorável. No setor agrícola verificou-se uma estabilidade. Estão a ser envidados vários esforços, no programa do Alto Minho 2030 e no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), em trabalho conjunto com a CCDR-N, com vários incentivos para que se possa atingir uma maior afetação económica. Sabendo que existem nestes Programas, verbas significativas, estando a falar em mais de 50 000 000 000,00 euros para os próximos anos, é importante considerar grandes obras, nas construções de ferrovias, novas IP's, que são demoradas no tempo desde o seu arranque até à execução, por vezes períodos temporais de mais de um ano. -----

O ano de 2021 é muito importante para definir propostas e procurar programas específicos não só de ativação da área económica, em que as CIM's têm um papel muito importante assim como as ADL's (Associações de Desenvolvimento do Litoral) que têm sido, por nós, muito defendidas. Defendem também a existência de pequenos projetos, para requalificações de equipamentos de utilização coletiva, com exemplos: a recuperação de escolas, de Associações de Bombeiros, de Centros Sociais, de pequenos equipamentos desportivos, frisando, em termos de reabilitação e não construção. Com um programa específico seria fácil ultrapassar algumas dificuldades sentidas. Reafirma o esforço comum que está a ser desenvolvido, para aproveitar ao máximo as oportunidades existentes. Foi debatido com o Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), algumas fragilidades sentidas e identificadas, referindo a pouca capacidade instalada para acolhimento de alunos, áreas residenciais de alunos do Instituto, sendo uma das necessidades, aumentar esta capacidade residencial em Viana do Castelo, em Ponte de Lima, em Valença e também em Melgaço. Ficou delineada ajuda com a cedência de terrenos e até algum apoio financeiro, se necessário, ou execução de projetos para se poder beneficiar dos financiamentos do novo Quadro. -----

O IPVC definiu três áreas importantes, estando uma já a decorrer – o CITAM ou Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial, estando ainda a decorrer, online, o registo no ePortugal.gov, desta entidade aguardando a definição final da sua designação, já com instalações disponíveis em Arcos de Valdevez. Em Ponte de Lima, um centro associado à Escola Superior Agrária, no desenvolvimento de áreas específicas e ainda uma terceira entidade ligada à Escola Superior de Tecnologia e Gestão, na área da gestão desenvolvendo outras atividades. Refere uma reunião com o ULSAM e outra com a diretora da Segurança Social, no



Handwritten notes in blue ink, including a signature and the number '2'.

sentido de se desenvolver trabalho e aproveitar oportunidades na área da saúde mental. Saúde mental de uma forma global, sendo também um setor com várias dificuldades, mesmo a nível nacional, com falta de suporte financeiro necessário. Estes dois setores da saúde e saúde mental estão previstos nas unidades de cuidados integrados, sendo um trabalho concertado entre entidades da saúde e da segurança social e com instituições mais ativas no terreno, informando que temos muitas instituições boas em atuação que poderão ajudar a colmatar esta rede. -----

Resume que temos várias perspetivas de execução a nível de região, esperando um desenvolvimento nacional e até da União Europeia, mesmo estando muito dependentes, o crescimento dos últimos anos tem sido considerável, verificou-se um acréscimo das exportações, aumento do *superavit*, sendo que se as dificuldades na área da economia, sentidas na União Europeia também se irão repercutir no país e na nossa região. -----

Referindo a forte interligação com a vizinha Galiza, no setor automóvel, sendo que ainda não foi muito perceptível em Lisboa, da dimensão aqui tão perto e importante para a nossa região. Sendo também o setor da metalomecânica naval, um forte potencial para o desenvolvimento de parcerias, entre outros como o setor têxtil. O Presidente da CCDR-N já iniciou trabalhos, até então não desenvolvidos, ao reunir com Reitores e Presidentes dos Institutos Politécnicos, visando a construção de redes conjuntas até com a Galiza, para se poderem apresentar candidaturas de projetos a nível europeu. Há, em Bruxelas, cada vez mais fundos centrais para o ensino, investigação e desenvolvimento, não sendo muito competitivos por si sós, sendo que juntos têm já, no centro da Europa, um poder muito forte. Teremos de agregar esforços, juntar trabalho de cooperação, estando a nossa região favoravelmente, bem posicionada geograficamente. Ao nível de cooperação há um trabalho importante de desenvolvimento das nossas Universidades, aumentando áreas de competências e partilhá-las com a Galiza. Agradece e disponibiliza-se para mais alguma informação se solicitada sobre o apresentado. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção e questiona a Assembleia sobre a intenção de intervir. O membro José Nogueira inscreve-se, sendo-lhe cedida a palavra.-----

José Nogueira: Dirigindo-se a toda a Assembleia e após intervenção do Presidente da CIM do Alto Minho, julgando que o tema iria ser efetivamente discutido, como depreendia, até na parte da economia conforme sugerido por si e pelo membro Celestino Ribeiro, não ficando só pela parte social. Em notas breves quer dizer que tudo mudou. Começa por referir o Orçamento de Estado para 2020, que comprova o êxito de Portugal na consolidação das contas públicas, que marca o início de uma nova era com um saldo orçamental positivo, aceleração do crescimento, investimento público e renovação do compromisso das contas certas. Ainda se falava num reforçar o esforço da consolidação orçamental, com um saldo positivo de 0,2%, o primeiro



excedente da era democrática, de uma trajetória decrescente da dívida pública que, em 2020 atinge os 116% que se encontrava abaixo dos 100% no final da legislatura anterior. Portugal cresce acima da média da área Euro pelo quinto ano consecutivo, com uma previsão de crescimento real do PIB de cerca de 2%, prevendo-se ainda uma aceleração do crescimento e investimento público de 9,7 em 2019 para 16,2 em 2020, destacando-se a dinâmica positiva do mercado de trabalho, com o crescimento do emprego em 0,6% e a redução do desemprego para 6,1%, um mínimo histórico. Nos três primeiros trimestres de 2019, dizia-se que foram criados mais 45.000 empregos e o número de desempregados diminuiu em cerca de 29,3 mil em igual período. Portanto, tudo apontava que Portugal estava no bom caminho, no sentido de retomar uma posição na economia muito mais forte, mas entretanto, surge a pandemia e o impacto da pandemia em Portugal é de 268.000.000.000,00 de euros, relativamente ao montante da dívida pública bruta em 2020, ou seja, 126% do PIB que será de 213.000.000.000,00 de euros, 8% é quanto a dívida pública poderá subir devido ao aumento da despesa do Estado, em apoios extraordinários à pandemia, 44.000.000.000,00 euros é o montante das moratórias bancárias, o que equivale a 23% do total de crédito a particulares e empresas.-----

Uma nota positiva: 13,2% foi o crescimento da economia no terceiro trimestre deste ano, a quarta que mais cresceu na Europa e 5,6% é o crescimento previsto do PIB para 2021. Para este ano, estima-se que haja uma quebra de 8,8% por causa da pandemia. Após esta apresentação, pretende focar alguns dados relativos ao nosso distrito: começando por referir o número de desempregados inscritos no Instituto de Emprego e Formação Profissional, I.P., passando a sintetizar os dados que detém: Arcos de Valdevez, em fevereiro, tinha 453 desempregados, em maio, que foi o pico da pandemia passou para 610 e em outubro decresceu para 537, com uma variação de 84 pessoas a mais desempregadas, entre fevereiro e outubro.---

O concelho de Caminha apresentava 304 desempregados em fevereiro, com o pico da pandemia em maio, passou para os 474 e em outubro, há 437 desempregados, ou seja, uma variação de mais 133 desempregados. -----

O concelho de Melgaço tinha 124 desempregados em fevereiro, o pico da pandemia, ocorreu em julho, registando 144 desempregados e em outubro apresenta 132 desempregados, ou seja, considerando o período entre fevereiro e outubro, o número de desempregados é de mais 8. -----

O concelho de Monção tinha 320 desempregados em fevereiro, o pico da pandemia foi atingido em julho, registando 497 desempregados e em outubro 433 desempregados, ou seja, há uma variação de mais 113 desempregados, entre fevereiro e outubro. -----

O concelho de Ponte da Barca tinha 232 desempregados, em maio foi o pico da pandemia, registando 295, em outubro recupera para 261 desempregados, considerando o período de fevereiro a outubro, há mais 29 desempregados. -----



Handwritten signature and initials in blue ink.

O concelho de Paredes de Coura tinha 180 desempregados em fevereiro, registou o seu pico da pandemia em julho, com 357 desempregados e em outubro 282, comparativamente entre fevereiro e outubro, tem mais 102 desempregados. -----

O concelho de Ponte de Lima tinha 553 desempregados em fevereiro, teve o pico da pandemia em maio, passando para 1 215 desempregados e em outubro, regista 928 desempregados, comparando o período de fevereiro a outubro, há mais 375 desempregados. -----

O concelho de Valença tinha 385 desempregados em fevereiro, atingiu o pico da pandemia em maio com 714 desempregados e em outubro regista 551, ou seja, entre fevereiro e outubro, há mais 196 desempregados. -----

O concelho de Viana do Castelo tinha 1 623 desempregados em fevereiro, teve o seu pico da pandemia em maio e registou 2 791 desempregados, tendo em outubro 2 291 desempregados, em resumo, há mais 668 desempregados no período entre fevereiro e outubro. -----

O concelho de Vila Nova de Cerveira tinha 178 desempregados em fevereiro, o pico da pandemia foi em maio com 324 desempregados, em outubro regista 260 desempregados, ou seja, tem mais 82 desempregados. -----

O total do distrito, em fevereiro é de 4 352 desempregados, o pico da pandemia foi atingido em maio, registando-se 7 469 desempregados e em outubro existiam 6 142 desempregados, ou seja, há mais 1 790 desempregados no distrito. -----

Após ter referido os números de vários concelhos, passa a apresentar em termos percentuais:---
A variação entre fevereiro e outubro nos Arcos de Valdevez foi de 18,5; Caminha 43,8; Melgaço, de 6,5; Monção de 35,3; Ponte da Barca de 12,5; Paredes de Coura de 56,7; Ponte de Lima, 67,8; Valença de 50,9; Viana do Castelo de 41,2 e em Vila Nova de Cerveira 46,1. Em resumo, a variação do distrito entre fevereiro e outubro foi de 37,93.-----

Salienta serem estes números, mesmo assim, muito melhores do que as variações que existiram no pico da pandemia. Apresentando uma revisão rápida: Arcos de Valdevez chegou a atingir 34,7%, Caminha, 57,2%, Melgaço, 16,1%, Monção, 55,3%, Ponte da Barca, 27,2%, Paredes de Coura, 98,3%, Ponte de Lima, 119,7%, Valença, 85,4%, Viana do Castelo, 74% e Vila Nova de Cerveira, 82%, o que chegou a dar uma média no distrito de 64,99%. Á data de outubro de 2020, repete, 37,93%. -----

Em conclusão e referindo-se ao distrito de Viana do Castelo, com base nos dados apresentados, refere os incentivos extraordinários à pandemia Covid19, que desde agosto de 2020, se traduziu num apoio extraordinário à manutenção do contrato de trabalho, sendo o objetivo principal a manutenção do emprego e a redução do número dos desempregados. -----

Esforço das entidades empregadoras afetadas pela crise empresarial e que através de apoio ao empregador, na fase de regresso dos seus trabalhadores, a prestação normal de trabalho e da



normalização da atividade empresarial. Estão abrangidos os empregadores privados, incluindo as entidades do setor social que tenham beneficiado do *lay-off* simplificado ou plano extraordinário de formação. O incentivo só pode ser concedido uma vez por cada empregador e apenas numa das modalidades previstas. Uma retribuição mínima mensal garantida de 635,00€ por trabalhador abrangido, pago de uma só vez. Duas retribuições por trabalhador, pagas de forma faseada ao longo de 6 meses. Nesta modalidade, o empregador beneficia de dispensa parcial de 50% do pagamento de contribuições para a Segurança Social relativamente aos trabalhadores abrangidos. -----

No distrito de Viana do Castelo, foram aprovadas e pagas até 15 de dezembro, uma RMG a 326 entidades e duas RMG a 1 062 entidades, abrangendo assim 1 388 entidades. -----

Refere ainda que poderia decompor estes números, mas não o fará. Passa a citar umas notas retiradas do Expresso, que demonstram o desempenho do atual Governo: A Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Ana Mendes Godinho, diz-nos “*a extensão automática por mais de 6 meses de todos os subsídios de desemprego que cheguem ao fim de 2021*”. Conclui, em sua opinião ser uma boa decisão, sendo fundamental para apoiar muitas famílias assoladas pelo desemprego e sem capacidade de regressar ao mercado de trabalho nesta fase de crise. Cita “*O PIB vai voltar a crescer no próximo ano, mas o desemprego também*”. Concorde, com esta citação da Senhora Ministra, que “*não será um ano de facilidades*”, como já se depreendia. -----

Refere ainda uma entrevista que o Ministro de Estado da Economia e da Transição Digital, Pedro Siza Vieira, deu a vários entrevistadores como: Peter Villax e a Alexandra Abreu Loureiro, partilhando algumas das respostas quanto à pandemia e a economia. “*A quebra da procura e do volume de negócios foi muito intensa com impacto no PIB e não podemos compensar tudo, mas estamos a ajudar as empresas porque estamos conscientes de que é importante o Estado aparecer em tempos de crise com medidas extraordinárias. Os apoios sociais e ao emprego vão ser muito intensos - e dos mais intensos da Europa - em 2020 e 2021, e isso tem impacto no défice e na dívida pública, que estimamos que cresça em termos brutos este ano e no próximo, mas que a partir daí comece a reduzir-se.*” -----

Quanto às expectativas: “*...não teremos um crescimento económico franco e uma retoma a sério enquanto não tivermos uma situação sanitária resolvida, mas hoje o fim tem uma visibilidade maior e teremos grande parte das pessoas vacinada até ao final do primeiro semestre de 2021. Portanto, é preciso ir aguentando.*” Quanto ao aumento do PIB: “*o crescimento do PIB há de assentar na aceleração de um conjunto de tendências que vinham de trás. Nos últimos 15 anos, Portugal mudou bastante o padrão da sua especialização internacional. Quando olhamos para o portefólio das nossas exportações, percebemos que aumentámos a quantidade de bens e*



serviços exportados e crescemos na variedade e complexidade dos produtos. É esse movimento que temos de acelerar, e há uma oportunidade excelente para o fazer, que tem a ver com o facto de a UE nos disponibilizar fundos a fundo perdido.” -----

Quanto aos salários mais altos: “...fizemos uma aposta na qualificação da mão de obra, mas num mercado aberto essa mão de obra migra para onde os seus talentos são mais recompensados. Se não pomos as empresas a pagar melhores salários, vamos ver-nos privados desse fator crítico para o nosso futuro. Neste momento, estamos num contexto diferente, e isto é um peso acrescido para as empresas, mas acho que não devemos desviar-nos do objetivo de crescer os salários e, portanto, quisemos ajudá-las a fazer esse esforço, com apoios às empresas que vão passar a pagar um salário mínimo de 665,00€ em 2021.” -----

Mais adianta não querer expandir-se demasiado, referindo que podia falar da disponibilização imediata dos apoios, da bazuca, entre outros assuntos neste contexto. Apenas frisar mais dois pontos relacionados com a visão estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020, elaborada pelo Prof. António Costa e Silva. Começando a referir, os 10 eixos estratégicos em torno desta visão estratégica: uma rede de infraestruturas indispensáveis; a qualificação da população; a aceleração da transição digital; as infraestruturas digitais; a ciência e tecnologia; o setor da saúde e o futuro; o estado social; a reindustrialização do país; a reconversão industrial; a transição energética e a eletrificação da economia; a coesão do território; agricultura e florestas; um novo paradigma para as cidades, a mobilidade e cultura; serviços; turismo e comércio. Completa, serem estas as grandes linhas desta visão estratégica para Portugal. -----

Quanto ao Alto Minho, enuncia um texto bastante atual, quase um livro, com o título “Desafio Alto Minho 2020”, sabendo que está a ser preparado e tendo já sido referido nesta sessão, que está em preparação um Plano Estratégico para o chamado 2030 e Presidente do Conselho Intermunicipal e restantes colegas estão atentos. Já foram divulgadas algumas ideias e com a confiança depositada nestes autarcas para sua implementação, conclui estar certo que a caminhada está no bom rumo. Agradece. -----

- O Presidente da Mesa, agradece a intervenção e esclarecimentos sobre esta matéria, cedendo a palavra ao membro Celestino Ribeiro. -----

Celestino Ribeiro: Informa querer apresentar duas notas. Mas começa por agradecer as informações, apresentadas pelo membro José Nogueira, pelo trabalho de investigação em que se envolveu, achando que fugiram um pouco à linha inicial que pautou a introdução do ponto. Em seu entender, seria menos técnico e mais relevante uma visão política da situação atual, em que nos encontramos e aquelas, que são efetivamente, as perspetivas futuras neste enquadramento de aprendizagem em que todos estamos envolvidos. Acompanhando a análise



feita pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, nomeadamente, no preâmbulo das intervenções, sobretudo por ser totalmente inesperada esta situação, em que ninguém sabia como agir, sem soluções e desconhecimento total da situação e suas repercussões. Entende, enquanto Assembleia Intermunicipal, que deveria pensar no território e dar conhecimento, através do Conselho Intermunicipal, de identificações efetuadas durante o período mais intenso da pandemia, sobretudo os setores mais afetados, as fragilidades do próprio Alto Minho. Para além dos efeitos da pandemia, já existiam setores debilitados, que não estavam de facto preparados para acorrer a situações de emergência, não só no campo da saúde, mas que neste momento, sim, até se prende principalmente com questões de saúde. Considerando que, só após uma análise mais profunda, é que se poderá delinear caminhos para o futuro, com algum grau de previsão mais concreto, após esta situação de crise pandémica. Na verdade, esta pandemia veio mostrar outras fragilidades que fogem ao controlo do próprio território, da CIM do Alto Minho, dos Presidentes de Câmara, da região e até ao controlo do próprio país. Sendo que algumas dessas fragilidades estão no controlo do país e que com elas também temos que aprender. As famílias estão fragilizadas, por falta de políticas orientadoras. O isolamento a que hoje muitas famílias estão votadas, é porque efetivamente, todos permitimos que houvesse esse mesmo isolamento. -----

Algumas das fragilidades relacionadas com os idosos, por integramos um modelo de gestão desfasado da própria realidade e que, em situação pandémica, veio a revelar-se com mais nitidez. Provavelmente, repensar outros modelos, outras políticas que economicamente podem até ser mais viáveis, mas sê-lo-ão, até melhor em termos de saúde mental. Era mais nesta linha de pensamentos críticos, sobre o que se está a viver e a prevenção para o futuro. Registam, de facto, aqui a introdução de alguma inovação. Dirigindo-se diretamente ao Presidente da CIM, manifesta que a maior parte das ideias apresentadas, para o pós-pandemia, são imediatas, dando a entender que a reconversão de algumas áreas, irão trazer mobilidade de trabalhadores e algum incremento, também na área da construção e na reconstrução, não sendo extensível a todos os setores. Mas pelo menos a aplicação de medidas imediatas, serão sempre uma mais-valia. -----

Acolhem de bom grado e alta expectativa o que será feito ao nível da saúde mental, seguramente, uma das maiores fragilidades nesta situação que nos encontrámos. E com alcances que até, porventura, nem sequer entenderíamos que pudessem ocorrer numa perspetiva mais social. Pensa-se muitas vezes, que as questões de saúde mental estão muito mais relacionadas com o indivíduo em si, e não tanto com a sociedade no geral, percebemos que afinal, há um efeito de massas, com um impacto muito maior ao nível da sociedade e ao nível a saúde mental sendo visto como um ponto positivo, no aspeto de mais interligação e



maior valorização deste assunto. Passa a referir, e por falta de alusão à matéria, outros setores que têm sido objeto de discussão em intervenções anteriores a esta sessão, nomeadamente na sessão de junho. Menciona um setor que foi gravemente afetado, que também atinge a saúde mental coletiva, referindo-se à cultura e à arte. Constatando que no nosso território, salvo alguns ensaios, e louva a ação, não apenas pelo alerta da CDU para a questão, em junho, mas da preocupação de alguns Presidentes de Câmara. Alguns municípios ainda conseguiram trazer algo às pessoas no verão, na época estival, proporcionando-lhes um pouco de cultura, música, dança, um pouco de alegria às suas vidas, tendo conhecimento que essa área foi muito, muito afetada. -----

Afetou não apenas os próprios profissionais como toda a sociedade e até, a nossa própria identidade. Olhando para o Presidente da Câmara Municipal de Ponte de Lima, a título de exemplo, refere o negativo impacto, da não realização, das “Feiras Novas” que se reflete de uma forma geral a todos na região. Faz o reparo desta área, não ter sido mencionada e consequentemente, medidas a serem consideradas e posteriormente tomadas, admitindo ter sido, porventura, um lapso. Tendo a certeza que não ignoraram que esta área tem mesmo que ser muito apoiada no pós-pandemia. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção do membro, e acrescenta, estar a pensar enquanto escutava a intervenção, as muitas festas, feiras e romarias, nomeadamente em Viana do Castelo, a Romaria de Nossa Senhora da Agonia, que todos faziam votos para que se pudesse ter realizado, sentida uma tristeza generalizada, não sendo no entanto comparável, ao sofrimento provocado pela pandemia. Acrescenta que a introdução deste ponto fez todo o sentido, mesmo de uma forma breve e sintética, mas que apraz manifestar neste momento, todo o esforço dos Presidentes de Câmara, que têm reunido com bastante frequência, nos últimos meses, alterando as suas agendas e sacrificando o tempo dedicado ao apoio, medidas e ações face á situação pandémica em que nos encontramos. Como solicitado, cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: Agradece e sugere, que este ponto pudesse ser objeto na próxima sessão desta Assembleia Intermunicipal, para poder apresentar e concretizar vários aspetos. Efetivamente há muitos setores atingidos, estando a ser uma crise profundamente assimétrica, que afeta ainda muito setores de atividade. Refere-se particularmente ao concelho de Viana do Castelo, por ser o que melhor conhece, referindo que houveram empresas que tiveram um aumento de faturação, de volume de negócios e que até duplicaram a sua atividade, estando a surgir iniciativas e projetos de novas empresas. Por outro lado, outras estão com grandes dificuldades, pois o Alto Minho tem diferentes componentes e tem apresentado resultados muito diferenciados. Há municípios que se especializaram mais em áreas de comércio e turismo, com



bons ativos nessa matéria, outros mais especializados e diversificados no setor industrial, sendo as consequências diferentes consoante os setores. Aborda dois setores, não só o da cultura mas também o do desporto. No desporto também tem sido muito dramático, estando a perder-se a formação de jovens, no futebol e noutras atividades físicas e de grupo. Refere ainda que a cultura e arte estão muito ligados ao setor do turismo, sendo um ponto forte da nossa região, mais informa sobre uma reunião realizada em Ponte de Lima, com a Associação dos Pirotécnicos. Sendo a pirotecnia uma arte, que exporta imenso, estando presente em muitos eventos internacionais de relevo, está também numa situação muito difícil. Há uma grande preocupação e sensibilidade de todos os autarcas, na cultura, procurando ativar esta área com projetos, tendo comentado com o Primeiro-Secretário da CIM, Júlio Pereira, e confirmado a aprovação de dois projetos: Cultura em Rede e Cultura para Todos, que são instrumentos que irão dar apoio a esta área. Não se resolverá tudo, pois a área da arte e da cultura envolve muitas atividades e pessoas, nomeadamente, ligados ao som, à iluminação, montagem de palcos uma parafernália de atividades que ficaram desativadas. Não tendo ilusão que estamos numa crise, em que alguns conseguirão melhores soluções e oportunidade que outros. Referiu ter sido, inclusive tema de, Assembleia Municipal em Viana do Castelo, a preocupação com outros setores nem sempre tão referenciados, como a gastronomia e a restauração pondo em causa a perda de património. Pensando em restaurante típicos e de grande reconhecimento social, fechando, podemos considerar perda de património, pois outro tipo de restaurantes como pizarias e *fast food*, abrem e fecham com frequência, mas os mais típicos e antigos, já considerados património local, o saber fazer, a passagem de geração em geração, os segredos dos sabores, o convívio habitual, entendemos que têm outro peso nesta área. Referencia outras atividades comerciais de tradição, consideradas também património, correndo o risco também de algumas poderem vir a encerrar. -----

Passa a referir um outro tema, também ele relacionado com a situação pandémica em que nos encontramos – o teletrabalho, que alterou muitas dinâmicas de ação. Dá conhecimento de um caso positivo, o crescimento exponencial, em Viana do Castelo do setor das TIC, tecnologias de comunicação, desenvolvimento de software. O reconhecimento, por várias entidades, das vantagens desta forma de trabalho, que em muito contribuiu para a baixa de despesas e gastos gerais. -----

Por fim, dirige-se ao Presidente da Mesa da Assembleia Intermunicipal e a todos os seus membros, sugerindo que este ponto seja continuado na próxima sessão, com mais reflexão, sugestões e propostas de trabalho, no sentido de a própria Assembleia contribuir, sendo que serão sempre bem acolhidas propostas. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa agradece a intervenção, assumindo que o referido ponto será



retomado na próxima sessão ordinária desta Assembleia, e pede permissão para fazer alusão a um artigo de Bill Gates em que diz: "...como é que será o mundo no pós pandemia..." em que questiona se as reuniões remotas serão normalizadas; os softwares terão melhorias significativas; haverá compartilhamento de espaços; escolheremos morar em lugares diferentes; maior socialização na comunidade local. É previsível, não se voltar totalmente ao normal por muito tempo, são *soundbites* que neste momento, são ditos por alguém que conhece bem as contingências do mundo. Sendo certo que tudo mudou e como referido pelo Senhor Presidente, há que percebê-las e reinterpretar tudo o que nos rodeia. -----

Retoma a Ordem de Trabalho e passa ao ponto **2.3** Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2021 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12.09) referindo que este ponto apresenta 6 subpontos. Sugere que sejam apresentados individualmente, com intervenção do Presidente em cada um deles e votados separadamente. Cede a palavra ao Presidente da CIM.

José Maria Costa: Informa que ao abrigo de nova legislação, nesta matéria, passa a fazer-se um orçamento plurianual, o que também se verificou nas Assembleias Municipais. O Orçamento da CIM para o ano de 2021 é de cerca de 7 000 000,00 de euros, tendo sido feita uma projeção até 2025, com alguma imprevisibilidade e com alguma margem de risco e de erro, que provavelmente terá que ser ajustado. Refere que para o ano de 2021 foi preciso arriscar algumas situações, o fecho do atual Quadro Comunitário, ainda com alguma execução para realizar, com grande probabilidade de haver uma reprogramação do mesmo e irá acontecer uma sobreposição, da chamada bazuca do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), não sabendo para já se as CIM's vão ser chamadas a participar no processo. O início do próximo Quadro Comunitário é no dia 1 de janeiro de 2021 e vai até 2027. Foi elaborado um orçamento, tendo em conta as áreas e setores mais tradicionais, em tipologias em que teremos mais participações, refletidas no PDCT com a contratualização, como o que chamamos de envelope financeiro contratual para o Alto Minho, que sendo fundamental, tem um maior peso no orçamento e também no GOPO (Grandes Opções do Plano e Orçamento). Está a ser trabalhado, para o próximo Quadro Comunitário, um novo contrato a ser feito, mais na linha da previsão inicial desta CIM, que é uma ITI (Intervenção Territorial Integrada), permitindo atuação noutras áreas, de acordo com as pretensões dos vários municípios que compõem esta Comunidade Intermunicipal, pois as verbas afetas às várias tipologias dos projetos é que permitem atuações nas áreas aí previstas. Anuncia que serão sentidas algumas dificuldades, no próximo ano, sendo este mais um exercício de concentração e negociação, do que propriamente orçamental, como já referido o fecho do Quadro Comunitário, em que se procura um melhor e maior aproveitamento de verbas excedentes, as chamadas bolsas de mérito ou *overbooking*, em que a



CIM do Alto Minho tem tido uma boa *performance*. O exercício que detemos será baseado em duas dimensões: uma dimensão será uma negociação regional com afetação de recursos ao novo Quadro Comunitário, que se pretende seja um programa regional, ainda em estudo sobre o seu âmbito e que será discutido, na região norte baseado em fatores diferenciadores. Neste novo Quadro, surgiu a novidade do índice de desenvolvimento sintético. Para nós com a imigração que temos, ATM's e a nossa qualidade de vida, de acordo com os indicadores na altura, o Alto Minho era mais desenvolvido que a própria Área Metropolitana do Porto. Acabamos por ser a única região do país a utilizar o indicador. Curiosamente, a União Europeia procurou utilizar este indicador na distribuição de fundos, não tendo resultado. A outra dimensão prende-se com a atuação em termos de Concelhos Regionais, em que se questiona se o mérito deverá ou não ser premiado, Ou seja, avaliar as regiões e sub-regiões em crescimento, com capacidade de desenvolvimento e fixação de empresas, de dinamização, de aumentos de riqueza, de criar novas riquezas, se deve ser travado esse investimento, em prol de outras regiões sem tanta dinâmica, ou se tem que existir uma visão regional que trabalhe alguns processos *ad latere*, como dizem os latinos, para incentivar essas regiões. Isto verificou-se na impossibilidade que tivemos de concorrer a financiamentos nas áreas empresariais, por já termos sido contemplados numa primeira fase. Temos casos de mais empresas a quererem instalar-se na nossa região, mas por impossibilidade, em resultado de uma nova regra colocada pela CCDD-N, de não nos podermos candidatar a novos financiamentos, acabamos por ser prejudicados. Este será um importante debate na região, uma vez que existe uma solidariedade com as regiões com menor crescimento, assim sendo será necessário encontrar modelos a ajustar estas situações, daí dizer que o próximo ano será de exercício de concertação. Terá que existir um apoio à própria Comissão e Autoridade de Gestão no debate e no combate político, saudável, quanto a exigências de maior autonomia, na região norte, no que respeita a programas comunitários e no PRR, desejando que não sejam tão centralizados, e que permitam uma maior capacidade de intervenção e corresponsabilidade no processo de desenvolvimento, tendo este assunto como uma questão importante. -----

Decorrerão debates interessantes, defendendo os nossos argumentos para sentirmos também uma maior participação nos assuntos comunitários. -----

Posteriormente, será um debate interno na nossa Comunidade Intermunicipal, que se têm pautado sempre em entendimentos comuns, para a concretização no território, da aplicação de novos financiamentos, tipologias, áreas abrangidas e a sua concretização. Será um ano de vários desafios, para além das Eleições Presidenciais e Eleições Autárquicas. -----

Por último, refere que a estrutura orçamental está equilibrada, considerando um ano cruzeiro, pelas situações já apresentadas, da concretização dos projetos em mãos, das candidaturas no



2.
G
X

âmbito dos POCTEP'S e dos INTERREG'is, com grande exigências de trabalho, para além de outras candidaturas de menor dimensão, mas que em termos de trabalho acabam por não ser inferiores às primeiras, será um ano de muita execução com grande exigência à equipa técnica.- Informa sobre a alteração na estrutura da Comunidade Intermunicipal, com a saída do Primeiro Secretário do SEI, Júlio Pereira, que teve um honroso convite, o que nos dignifica a todos, para integrar a Autoridade de Gestão do NORTE 2020 e a futura Autoridade de Gestão. Este convite partiu do atual presidente da CCCDR-N, António Cunha, estando disponíveis em colaborar, em prol de uma continuidade e melhoria do desempenho das funções inerentes ao cargo. Elogia o trabalho extraordinário ao longo de quase dez anos, mais concretamente 9 anos e 3 meses, contando que teremos um aliado também na Comissão de Formação, alguém que domina muito bem os temas, comum discurso sempre na defesa da região e a autonomia dos Fundos Regionais, dos PO's Regionais. Acima de tudo e muito importante, é reconhecermos no dia a dia das nossas atividades, que muitas vezes quem prepara os programas, os avisos e os regulamentos, por falta de conhecimento ou de experiência concreta não tem conhecimento das dificuldades dos municípios, e vamos ter alguém que passou por essa experiência e que saberá agilizar a execução dos Fundos Comunitários, otimizando os processos com mecanismos de simplificação, que ajudem os municípios nas suas dificuldades. Temos a tendência de dizer que Bruxelas é muito burocrática, mas chegam a Lisboa e acrescentam mais burocracias e por aí em diante, até chegarem aos territórios e se debaterem com maiores dificuldades. O Júlio Pereira, tem este conhecimento e também, num reconhecimento unanime de todos os colegas, é alguém que sempre teve a perspetiva na defesa dos municípios, usando até uma expressão muito própria, que no fim, quando os ministros têm as tutelas destas áreas, quem está sempre ao seu lado são os municípios. Pois a Administração Central tenta sempre absorver mais verbas e depois nem têm capacidade de as executarem, e acabam por ser os municípios. Alguém que tem de facto conhecimento e capacidade de reivindicar, com conhecimento de instrumentos, no sentido de ajudar a aperfeiçoar neste novo período de programação, por forma a não complicar o que já é difícil, na contratação e simplificar os processos. Entende que a Comissão de Coordenação e a Região Norte, vão reunir um conjunto de pessoas, com competências para grandes e difíceis batalhas. As batalhas da governação dos Quadros Comunitários não são fáceis, como aliás o Presidente da Mesa desta Assembleia também já participou, em dois patamares diferentes, na Secretaria de Estado e na própria CCDR-N, sabendo bem, que no debate do modelo de governação dos fundos, na sua afetação, nas discussões relacionadas, é um trabalho árduo. Em jeito de homenagem, felicita o Júlio Pereira, agradecendo por tudo o que ensinou, motivou e acima de tudo, pelo trabalho sempre incansável que teve, estando sempre disponível, em qualquer dia e a qualquer hora por qualquer via. -----



Conclui retomando o assunto do orçamento, dizendo ser um orçamento de concretização do que está por determinar, contando com um ano difícil conforme previsto, quer ainda no atual Quadro quer nas negociações das grandes linhas que irão perdurar até 2027, sendo que o que ficar definido nestes primeiros três ou quatro meses será o que se vai consolidar, sem que seja possível alterar até 2027 ou 2030. Assim, prevê-se um primeiro trimestre de 2021 muito duro do ponto de vista da negociação e da concertação institucional e interinstitucional. Agradece. -----

--- O Presidente de Mesa agradece a intervenção. Concordando com as palavras dos Presidente da CIM, sobre esta fase estruturante, importantíssima para a região do Alto Minho, sendo discutido o futuro desta região para os próximos anos, sendo um tema de grande importância e no qual, obviamente, os Presidentes terão um papel decisivo no que poderá acontecer, pelo menos na negociação de uma das partes.-----

Aproveita a oportunidade para felicitar o Primeiro Secretário, Júlio Pereira, pelo anunciado pelo Presidente da CIM do Alto Minho, reconhecendo-o como uma pessoa competentíssima e que merece todo o reconhecimento, que nos últimos dez anos, muito fez por todos os concelhos do Alto Minho, sendo que os Autarcas melhor conhecem. Apresenta os parabéns por este passo, reconhecendo ser um ativo, não só do Alto Minho daí, certamente, este convite e reconhecimento. Assim, o Alto Minho não perde este ativo, apenas se desloca para a Comissão de Coordenação pelas suas características reconhecidas. -----

Questiona a Assembleia se pretende pronunciar-se sobre o ponto da Ordem de Trabalhos em discussão. Não havendo inscrições passa à votação do ponto **2.3.1** – Documentos Previsionais de 2021 e Quadro Plurianual de Programação Orçamental, não se verificaram votos contra nem abstenções, foi aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Apresenta o ponto **2.3.2** – Transferências das contribuições financeiras dos Municípios associados. Questiona a Assembleia se pretende pronunciar-se sobre o ponto, não se registaram inscrições pelo que passou de imediato à sua votação, sem votos contra, sem abstenções foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Apresenta o ponto **2.3.3** – Mapa de Pessoal 2021. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: Refere que apenas se apresentam alguns ajustes.-----

--- O Presidente da Mesa questiona a Assembleia se pretende pronunciar-se sobre o ponto, não se registaram inscrições pelo que se passou de imediato à sua votação, sem votos contra, sem abstenções foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----

Apresentação do ponto **2.3.4** – Autorização para empréstimos a curto prazo para o ano económico de 2021. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: Refere ser o valor máximo de 175 000,00 euros, à semelhança de anos

JM



Handwritten signature in blue ink.

anteriores, para empréstimos que apenas poderão ocorrer por dificuldades de tesouraria, eventuais atrasos de pagamentos de fundos e poderá ter que ser ativado, devendo ser amortizados até ao final do exercício económico em que fora contratado. -----

--- O Presidente da Mesa questiona a Assembleia se pretende pronunciar-se sobre o ponto, não se registaram inscrições pelo que se passou de imediato à sua votação, sem votos contra, sem abstenções foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- O Presidente da Mesa apresenta o ponto **2.3.5** – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: Esta autorização prévia, de acordo com a legislação em vigor, prevê que os encargos não podem exceder os 99 759,58 euros, em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contratação e o prazo de execução de três anos, para situações de assunção de compromissos plurianuais, cumpridos todos os requisitos legais de execução de despesas.-----

--- O Presidente da Mesa questiona a Assembleia se pretende pronunciar-se sobre este ponto, não se registaram inscrições pelo que se passou de imediato à sua votação, sem votos contra, sem abstenções foi o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- O Presidente da Mesa, por fim refere o último ponto **2.3.6** – Autorização Prévia no âmbito da Lei dos Compromissos - Ratificação de Procedimentos - Carater Plurianual. Cede a palavra ao Presidente do Conselho Intermunicipal. -----

José Maria Costa: Refere estar explanado no mapa, anexo à minuta de ata da reunião do Conselho Intermunicipal da CIM de 26 de novembro, que aprova a informação complementar, da ratificação de procedimentos de carater plurianual, agora apresentada, para ratificação no órgão deliberativo, em conformidade com a legislação em vigor. -----

--- O Presidente da Mesa questiona a Assembleia sobre intenção de intervir sobre este ponto, não havendo inscrições passa á sua votação, não havendo votos contra nem abstenções fica o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. -----

--- O Presidente da Mesa passa ao último ponto do Período da Ordem do Dia: **2.4** Participação da CIM do Alto Minho como associado do CITAM-Centro de Interface Tecnológico do Alto Minho. Explicando que aquando do envio da convocatória e dos Editais desta sessão, ainda estava em decisão de aceitação, no registo da entidade a sigla de CITAM e que não foi possível tendo-se passado para a sigla de CITIN, ficando registada como **Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial**, com o NIPC 516265350. Neste momento, foi entregue, em mão, a cada membro presente na sessão da Assembleia, um documento com o registo já efetuado e os respetivos dados da referida entidade. (**Doc. 11/2020**) -----

--- O Presidente da Mesa convida o Presidente do Conselho Intermunicipal a fazer uma pequena apresentação e abordagem a esta nova entidade. -----



José Maria Costa: Começa por confirmar a sigla CITIN. Informa tratar-se de uma parceria com o Instituto Politécnico de Viana do Castelo (IPVC), o Município dos Arcos de Valdevez, a In.Cubo (Incubadora de Iniciativas Empresariais Inovadoras) e também outras entidades da região. Faz o enquadramento da intenção de adesão da CIM do Alto Minho, relatando sumariamente, que em 2019 a CIM do Alto Minho assumiu a transferência de competências no domínio dos projetos financiados por fundos europeus e dos programas de captação de investimento, assumindo um papel mais ativo na dinamização e promoção, a nível nacional e internacional, do potencial económico da região. Compete assim à CIM promover a capacitação, o empreendedorismo, o desenvolvimento e competitividade empresarial e a dinamização de redes, nomeadamente pela participação em iniciativas ou redes europeias e internacionais de promoção da inovação e da cooperação empresarial. -----

Neste enquadramento e com uma crescente exposição à competitividade global são colocados maiores desafios às empresas, bem como aos profissionais que contribuem para o seu desenvolvimento. Uma das pedras basilares para a competitividade é a transposição das descobertas científicas para produtos e serviços inovadores que proporcionem oportunidades empresariais e mudem para melhor a vida quotidiana das pessoas. A Associação CITIN - Centro de Interface Tecnológico Industrial, abreviadamente, designada por CITIN, é uma associação científica, tecnológica e de assistência técnica, sem fins lucrativos e de natureza privada, que tem como objetivo a promoção tecnológica das indústrias transformadoras e outras atividades conexas da região do Alto Minho. Alavancar a competitividade das empresas, através da capacitação da região do Alto Minho e do tecido empresarial na captação de investimento em Inovação e IDT, será a estratégia que funcionará de forma proativa e partilhada pelos agentes económicos e pelos respetivos *stakeholders*. A CIM do Alto Minho reconhece, assim, o papel dinamizador do CITIN, potenciador do desenvolvimento local, crescimento económico, com ênfase na coesão territorial e na implementação de dinâmicas de coordenação e sinergias entre os diversos atores locais. Uma agenda assente numa nova estratégia de inovação, poderá mobilizar as diferentes entidades do Sistema de Investigação e Inovação (I&I), reforçando o papel das instituições de interface e de capacitação empresarial, designadamente os Centros Interface, os Laboratórios Colaborativos ou os Clusters de Competitividade, mas também criando oportunidades reais de colaboração e de desenvolvimento de atividades e projetos conjuntos numa abordagem mais aberta e participada, com evidentes ligações aos ambientes de inovação em que se inserem, em especial de âmbito local e regional. O impacto esperado para o Alto Minho com a criação do CITIN é de gerar condições para uma região mais competitiva, mais atrativa para o investimento, mais exportadora, com empresas mais dinâmicas e competitivas, objetivos perfeitamente alinhados com a estratégia definida pela CIM para a região do Alto



2
1
G
F

Minho. -----
--- O Presidente da Mesa agradece a apresentação que elucidou a Assembleia e questiona se alguém pretende pronunciar-se sobre o tema. Não havendo inscrições passa à votação do ponto **2.4**, não havendo votos contra nem abstenções fica o mesmo aprovado por unanimidade dos presentes. Passa ao último ponto da Ordem de Trabalhos: **3**. Período de Intervenção do Público. Não havendo público nem inscrições e discutidos todos os pontos da presente sessão, anuncia a necessidade de aprovação de Ata em Minuta, para que possa ser dado encaminhamento a todos os assuntos discutidos e votados. Cede a palavra à Vice-Presidente da Mesa, Margarida Vasconcelos, para que proceda à sua leitura e se proceda à votação final de aprovação da mesma. -----

Margarida Vasconcelos: Cumprimenta toda a Assembleia, informando que quanto ao ponto **1.2** - Apreciação de Assuntos de interesse da Comunidade Intermunicipal, da iniciativa dos Membros da Assembleia, intervieram os membros Manuel Luís Gonçalves e Joaquim Celestino Ribeiro, referindo que o primeiro membro apresentou pelo Partido Socialista uma “Moção de Congratulação” ao Governo em matéria de promoção e mobilidade e dos transportes no Alto Minho, que foi votada e aprovada por unanimidade. Referiu ainda que no Período de Antes da Ordem do Dia foi feita a apreciação e votação da Ata da reunião ordinária da Assembleia Intermunicipal da CIM do Alto Minho, realizada em 29 de junho de 2020, que foi aprovada, num universo de 29 membros com: 27 votos a favor, 2 abstenções e 0 votos contra, aprovada por maioria. -----

Por um membro da Assembleia foi proposto um voto de confiança à mesa para elaborar a Ata em Minuta. Questionada a Assembleia, sem nenhuma objeção foi aprovado por todos os membros. -----

Margarida Vasconcelos: Retoma a palavra, e após esta decisão da Assembleia refere apenas que foram aprovados por unanimidade todos os subpontos do ponto **2.3** - Aprovação do Quadro Plurianual de Programação Orçamental e Documentos Previsionais 2021 das Grandes Opções do Plano e Orçamento de 2021 (artº 84º alínea b) da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, com variação do número de membros presentes. O ponto **2.4** Participação da CIM do Alto Minho como associado do CITAM - Centro de Interface Tecnológico do Alto Minho, depois da informação prestada pelo Presidente do Conselho Intermunicipal, sobre a designação concreta e final da mesma: Associação CITIN – Centro de Interface Tecnológico Industrial, posta a votação, foi também aprovada por unanimidade dos presentes. Assim estão reunidas as condições para a votação da Ata em Minuta. Agradece. -----

--- O Presidente da Mesa coloca a votação a Ata em Minuta, sendo a mesma aprovada por unanimidade dos membros presentes. Faz uma pequena referência às palavras dirigidas nesta



época natalícia, a todos os presentes na referida sessão. No presente ano, estando todos numa vivência mais complexa em virtude da situação pandémica que a todos assola, apenas faz questão de partilhar uma mensagem. Passa á leitura da mesma: *“Não consigo imaginar nada melhor que o Natal e a nossa família, os nossos amigos, para ir buscar inspiração e força, depois de um ano tão diferente, tão difícil e tão duro. Só posso esperar que este Natal não seja diferente na alegria e nos sorrisos, no amor e na esperança de um futuro melhor e, portanto, desejo-vos um Santo e Feliz Natal”*. Agradece a atenção prestada e cede a palavra ao Presidente da Câmara de Monção, António Barbosa, anfitrião desta sessão, que encerrará os trabalhos. -----

António Fernandes Barbosa: Agradece, referindo o frio sentido próprio da época. Cumprimenta toda a Assembleia, os colegas Presidentes, o Presidente da CIM e todos os demais presentes. Cumprimenta em particular o Primeiro Secretário do SEI da CIM do Alto Minho, Júlio Pereira, no seguimento das palavras proferidas pelo Presidente da CIM. Sendo um, dos dois Presidentes (Presidente da Câmara Municipal de Ponte da Barca) que menos tempo trabalhou com o Júlio Pereira, sabe que é unânime o reconhecimento do trabalho extraordinário feito e reconhecido, à frente desta CIM, continuando a contar com o apoio, que seja possível, nas novas funções que exercerá: pela região, autarcas, sociedade civil e pelas pessoas que se envolvem de uma forma apaixonada por este distrito e que trabalham todos os dias para um melhor futuro. Pensa que o Júlio Pereira, sai a nutrir uma paixão por este território, que sempre tão bem apoiou, defendeu e enalteceu, podendo continuar a contar com toda esta comunidade. Agradece a presença de todos e pede desculpa por ter chegado um pouco mais tarde a esta sessão, mas infelizmente, em tempos de pandemia, também tem, neste momento um familiar próximo internado nos cuidados intensivos, continuando a ser uma situação muito grave, ainda longe de estar terminada, mesmo agora com as notícias sobre a vacinação.-----

Deseja a todos um Santo e Feliz Natal, na esperança que todos, em conjunto tenhamos essa força para 2021, regressaremos mais vigorantes, com mais força para continuar a trabalhar, para continuar a viver e, acima de tudo, para viver a amizade que é aquilo que de mais importante temos. Agradece a todos, com a esperança de boa saúde, convidando a que voltem a Monção. -----

--- O Presidente da Mesa confirma a aprovação da ata em minuta, de cordo com o registado e apresentado, pela Vice-Presidente, no que respeita à diferença do número de votos, de acordo com os membros presentes na sala durante as respetivas votações. Agradece a todos a presença e participação ativa, apresentando em nome próprio e dos colegas da Mesa os votos de festas felizes. Aproveita ainda para agradecer ao Primeiro-Secretário do SEI, da CIM do Alto Minho, Júlio Pereira e à restante equipa da CIM, todo o apoio e colaboração que tem sido



dispensada, referindo ter sido um ano difícil e de maiores exigências. Agradece e encerra pelas vinte horas e cinco minutos, os trabalhos desta reunião, dos quais, para constar, se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada no próximo plenário, será assinada pelos Membros da Mesa e por mim, Maria Virgínia Guedes do Rego que a redigi.-----

Monção, 22 de dezembro de 2020. -----

O Presidente da Assembleia

Eduardo Jorge do Paço Viana

A Vice-Presidente da Assembleia

Margarida de Fátima Gomes Vasconcelos

O Secretário da Assembleia

Abel Nunes Lopes

Maria Virgínia Guedes do Rego

